


DOCUMENTO

 **Documentação**

OCIOSAMBIENTAL

Fonte: JT

Data: 19/5/2000 Pg. 3A

Class.: 85

## A força da opinião pública

Não dá ainda para comemorar como uma vitória definitiva, pois só as votações finais em plenário decidirão de fato a questão. Mas a sociedade brasileira acaba de dar uma demonstração de força – e o Congresso, uma demonstração de responsabilidade – ao conseguir, em menos de uma semana, que se revogasse a decisão da Comissão Mista, que analisava mudanças no Código Florestal, tomada num dia especialmente conturbado (o da aprovação do salário mínimo de R\$ 151), de mandar à votação apenas o projeto de preferência da bancada ruralista que resultaria na liberação geral da depredação da Amazônia e de outros ecossistemas brasileiros.

A proposta aprovada na comissão reduzia de 80% para 50% o índice de preservação obrigatória nas propriedades privadas na Amazônia, para

20% a área de preservação no cerrado, eliminava as áreas de preservação obrigatória na Mata Atlântica e dava outras providências igualmente nefastas. A mudança no Congresso foi resultado da intervenção direta do presidente da República, que ficou assustado com as repercussões internas e externas da decisão comandada pela bancada ruralista, e com as suspeitas de que ela tivesse sido facilitada pela necessidade do governo de aprovar o salário mínimo.

O mérito da anulação da proposta, porém, é

todo dos grupos da sociedade civil que se mobilizaram com rapidez e eficiência para evitar o crime que estava sendo engendrado. Parlamentares e autoridades do Executivo foram bombardeados de todas as formas possíveis com manifestações contrárias à medida. Só ao Congresso Nacional chegaram mais de 20 mil e-mails instando deputados e senadores a não aprovarem tal absurdo. Tivesse a sociedade se omitido e o projeto patrocinado pelos ruralistas teria seguido tranquilamente o seu rumo. O efeito da pressão foi fulminante.

Os temas ambientais, pela importância de suas implicações, são permanentemente fiscalizados por organizações não-governamentais que contam com numeroso “staff” trabalhando em tempo integral na fiscalização de tudo que possa ameaçar os já tão combatidos

ecossistemas brasileiros, e foi isso que salvou a situação. É mais uma prova de que o ministro da Defesa e certos setores das Forças Armadas brasileiras escolheram o alvo errado quando propuseram, dias atrás, uma investigação nacional da ação dessas ONGs, como se elas representassem algum tipo de ameaça ao País. É mais uma prova, também, de que, se existissem lobbies tão bem organizados para defender outras causas importantes para a cidadania brasileira, este país poderia voltar ao prumo muito mais rapidamente.

---

O recuo do Congresso na lei que permitiria o desmatamento maior da Amazônia é uma vitória dos grupos da sociedade que pressionaram os políticos

---